

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.987 - RS (2019/0217915-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : RIO GRANDE ENERGIA S/A
OUTRO NOME : RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO : MOISES GRAFFUNDER DE VARGAS - RS066619
AGRAVADO : DIONISIO ENIO SUSZEK
ADVOGADO : ALVADI ANTONIO GRISELI - RS052582

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÕES ENVOLVENDO EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE E CONFIGURAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RIO GRANDE ENERGIA S/A em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão cuja ementa assim se resume:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO POR VÁRIOS DIAS. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. *QUANTUM*. REDUZIDO.

Opostos embargos de declaração, foram desacolhidos.

Nas razões do recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos seguintes dispositivos: (a) art. 1.022 do CPC/2015, aduzindo que não foram sanados os vícios apontados nos embargos de declaração; (b) art. 393 do CC/2002, ao argumento de que não houve falha na prestação do serviço, e sim caso fortuito ou força maior; (c) art. 14, § 3º, II, do CDC, sob a alegação de que houve fato de terceiro que afasta a responsabilização da recorrente; (d) arts. 373, I, do CPC/2015, e 186, 402, 403 e 927 do CC/2002, porque a parte recorrida não fez prova dos danos materiais e morais sofridos com a suspensão do serviço; (e) arts. 86 e 292, V, do CPC/2015 porquanto não houve a devida distribuição proporcional dos ônus sucumbenciais.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que: i) não se

verificou a alegada ofensa ao artigo 1022 do CPC/2015; ii) quanto à configuração do dano moral *in re ipsa*, o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência do STJ, atraindo a incidência da Súmula 83/STJ; iii) incide na espécie o óbice da Súmula 7/STJ por demandar incursão no conjunto fático-probatório dos autos; iv) rever o entendimento quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais somente poderia ser feito mediante o reexame probatório dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ; v) quanto à alegação de divergência jurisprudencial, os óbices das Súmulas 7 e 83/STJ prejudicam tal análise.

Nas razões de agravo, postula o processamento do recurso especial, haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

Despacho de redistribuição do feito às fls. 496/502 (e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do especial.

A pretensão não merece prosperar.

Isso porque sem razão a parte recorrente quanto à alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/2015, sob a alegação de que o Tribunal de origem não se manifestou quanto a questões suscitadas nos embargos de declaração.

Cumpra asseverar que as proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, cabendo-lhe decidir a questão com seu livre convencimento, baseando-se nos aspectos pertinentes à hipótese e na legislação que entender aplicável ao caso concreto, não estando obrigado a rebater um a um os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia.

No caso, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente ao consignar que o caso é de responsabilidade objetiva, à luz da teoria do risco administrativo; que o dano moral é *in re ipsa*; e que a parte consumidora provou os fatos articulados na inicial e que a recorrente não comprovou que a interrupção da energia se deu em razão de força maior.

Ademais, como é cediço, a omissão apta a ensejar os aclaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, e não aquela que entenda o embargante.

Assim, não havendo no acórdão recorrido a existência de vício que caracterize ausência de prestação jurisdicional, e estando fundamentada a decisão, não fica caracterizada ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015.

Quanto à questão de fundo, a Corte de origem consignou que a concessionária não comprovou a ocorrência de caso fortuito ou força maior, por isso deve ressarcir os danos materiais e morais sofridos pelo consumidor, à luz da responsabilidade objetiva. Veja-se:

(...)

A empresa demandada, em síntese, sustenta que o fornecimento de energia não foi interrompido por mais de 48h e que eventuais prejuízos causados decorrem de força maior, em razão de intempéries climáticas, que derrubaram árvores sobre a rede.

Contudo, a parte ré não logrou comprovar que o fornecimento foi interrompido por 44h como alegado, ainda quanto às intempéries climáticas mesmo nessa hipótese, não se pode considerar força maior as intempéries climáticas, pois consoante redação do parágrafo único do artigo 393, do Código Civil, *o caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.*

Ora, no caso em tela, a demandada poderia evitar tais intercorrências, com a melhoria da rede de fornecimento. Ademais, as intempéries climáticas podem ter suas consequências minimizadas com um sistema adequado de resolução de tais eventos climáticos, impedindo a suspensão do serviço por um largo período de tempo.

Além disso, mesmo que se admitisse que a interrupção ocorreu temporal de proporções catastróficas, ainda assim, não justifica que o restabelecimento da energia elétrica não fosse feito no prazo prevista que agência reguladora precitada, obrigação legal a que está sujeita a empresa concessionária de serviços públicos, cujo descumprimento importa em ilícito que gera o dever de reparação, de acordo com o disposto no art. 186 do Código Civil.

(...)

De todo modo, não logrou êxito a ré em comprovar que a interrupção da energia elétrica se deu em razão de força maior, ônus que lhe cabia e do qual não se desincumbiu, a teor do que estabelece o artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil.

Portanto, a parte autora logrou comprovar os fatos articulados na exordial, ônus que lhe cabia e do qual se desincumbiu, a teor do que estabelece o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, no sentido de que a falha na prestação do serviço, consubstanciada na suspensão indevida dos serviços de energia elétrica sem razão jurídica e por tempo desarrazoado.

(...)

Assim, comprovada a falha na prestação do serviço, deve ser responsabilizada a empresa ré pelos danos morais causados aos demandantes, tendo em vista que deixou de prestar o serviço regular a que estava obrigada, inclusive de restabelecer a energia no prazo previsto nas normas administrativas, responsabilidade esta que também é de ordem objetiva, a teor do que estabelece o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.

(...)

Preambularmente, cumpre ressaltar que é perfeitamente passível de ressarcimento o dano moral causado no caso em exame, decorrente de terem sido atingidos direitos inerentes a personalidade da parte autora, quais seja, os atinentes ao seu equilíbrio psicológico e tranquilidade, tendo em vista o desassossego causado por não poder utilizar o serviço essencial que lhe foi sonogado indevidamente. Isso em razão de ter sido suspenso o serviço de energia elétrica por vários dias, sem que houvesse causa jurídica para tanto, tal medida abusiva resulta na violação ao dever de respeitar aquela gama de direitos inerentes a cada ser humano (fls. 295/299 e-STJ).

Como o acórdão recorrido decidiu a causa com base em premissas fáticas, necessário novo exame de fatos e provas dos autos para o exame das alegações da recorrente, providência vedada nesta seara, nos termos da Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido em casos análogos:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. INTERRUÇÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEMORA NO RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REVISÃO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. CINCO ANOS. ART. 27 DO CDC. 1. Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal de origem, que condenou a empresa concessionária à indenização por danos morais, devido à interrupção no fornecimento de energia elétrica por período demasiadamente longo. A suspensão de energia, embora decorrente de fortes chuvas, foi superior ao lapso permitido pela Agência Reguladora. 2. Na origem, trata-se de demanda indenizatória em decorrência de interrupção de fornecimento de energia elétrica. A ré, por sua vez, ponderou que a falta de energia elétrica decorreu de temporal, o que caracterizaria a ocorrência de caso fortuito. Contudo, o Tribunal de origem, com espeque nas provas documentais e testemunhais, concluiu que houve dano moral e não viu, no caso concreto, as causas excludentes de responsabilidade. 3. Observa-se que o órgão julgador decidiu a questão após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que reexaminá-los é vedado em Recurso Especial, pois encontra óbice no édito 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." Precedentes do STJ em casos análogos: REsp 1.703.136/RS, Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 26/11/2018; AgInt no AREsp 1.061.127/RS, Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 28/8/2017; AgInt no AREsp 1.017.912/RS, Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 16/8/2017. 4. Conforme entendimento pacificado no STJ, "a relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como água e energia, é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor" (AgRg no AREsp 354.991/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/9/2013). 5. Em se tratando de matéria relacionada a danos oriundos de produtos ou serviços de consumo, é afastada a aplicação do Código Civil, tendo em vista o regime especial do Código de Defesa do Consumidor. Só excepcionalmente aplica-se o Código Civil, ainda assim quando não contrarie o sistema e a principiologia do CDC. 6. Estando o acórdão recorrido em sintonia com o entendimento do STJ incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". 7. Cumpre ressaltar que a referida orientação é aplicável também aos recursos interpostos pela alínea "a" do inciso III do art. 105, da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido: REsp 1.186.889/DF, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 2.6.2010. 8. Recurso Especial conhecido parcialmente (somente em relação à preliminar de violação do art. 1.022 do CPC/2015) e, nessa extensão, não provido. (REsp 1789647/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 29/05/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PROPRIEDADE

RURAL. GRANJA. DEMORA EXCESSIVA NO RESTABELECIMENTO. MORTANDADE DE AVES. ACÓRDÃO QUE MANTEVE A CONDENAÇÃO POR DANOS MATERIAIS FIXADA NA SENTENÇA, À VISTA DA ANÁLISE DOS FATOS E PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. REEXAME SIMPLES VEDADO NESTA SEARA RECURSAL. ARGUMENTAÇÃO RECURSAL GENÉRICA QUE NÃO IMPUGNA A FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO AGRAVA E TAMBÉM QUE NÃO SE MOSTRA CAPAZ DE ENSEJAR SUA REFORMA. AGRAVO INTERNO DA CELG DISTRIBUIDORA S.A. - CELG D A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O fato de a agravante aduzir que em todo recurso deve o julgador se inteirar da causa conhecendo-a em seus pormenores, não é suficiente para afastar a jurisprudência consolidada através da Súmula 7/STJ, de que não cabe Recurso Especial para o mero reexame do conjunto fático-probatório da demanda. 2. No presente caso, tendo o acórdão amparado seu entendimento nos elementos probatórios constantes da causa, esta Corte Superior não pode, sem adentrar na revisão dos fatos e provar, alterar o julgado da maneira que pretende a parte ora agravante. 3. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial da CELG DISTRIBUIDORA S.A. - CELG D a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1092009/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 27/03/2018)

Em relação à alínea "c" do permissivo constitucional, cumpre ressaltar que, consoante jurisprudência do STJ, a análise do dissídio jurisprudencial proposto fica prejudicada também em razão da aplicação da Súmula 7/STJ, porquanto as conclusões díspares ocorreram em razão de fundamentação baseada em provas e circunstâncias específicas de cada processo.

Quanto à alegada violação aos 86 e 292, do CPC/2015, o inconformismo com a condenação sucumbencial e a fixação dos honorários advocatícios esbarram no óbice da Súmula 7/STJ. A bem da verdade, esta Corte não poderia intervir na fixação de honorários, pois que está sujeita a critérios de valoração previstos na lei, e sua quantificação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, às quais competem a cognição e a consideração das situações de natureza fática relativas ao trabalho profissional desenvolvido nos autos.

Assim, a revisão do entendimento da Corte de origem acerca da distribuição da sucumbência como pretende a recorrente, demandaria necessariamente revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado ante o óbice preconizado na Súmula 7/STJ.

Sobre o tema, confira-se :

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. AGRAVO NÃO CONHECIDO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PROCESSUAIS. ART. 86 DO CPC/2015. QUANTITATIVO. SÚMULA 7. AGRAVO INTERNO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.

[...]

3. A apreciação do quantitativo em que as partes saíram vencedoras ou vencidas na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou

recíproca, e a fixação do respectivo *quantum* demandam a incursão no suporte fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula 7 deste Sodalício.

4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (AgInt no AREsp 1046116/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 09/03/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Quanto aos honorários recursais, deve ser considerado o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC").

Levando-se em conta que o tempo de tramitação do recurso, contado apenas entre a sua interposição na origem e a data da prolação deste decisão monocrática, não é longo, e que não houve a necessidade de atuação do recorrido em comarca diversa da qual atua, bem como, por fim, tomando por premissa que a demanda recursal aparenta grau de complexidade ínfimo, condeno a recorrente a efetuar o pagamento de honorários recursais correspondente a 10% (dez por cento) do que já foi fixado, na origem, a título de honorários advocatícios.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator